

# Contra-dicção

*José Arthur Giannotti*

**CEBRAP-USP**

Todos conhecemos o princípio da contradição, que diz ser impossível afirmar de uma proposição sua verdade e sua falsidade, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. O cálculo proposicional formula essa impossibilidade como a negação de  $p$  e não- $p$ :  $\sim(p \ \& \ \sim p)$ . Nesse cálculo, que combina as proposições considerando unicamente seus valores de verdade, a contradição conjuga duas proposições de tal modo que o resultado dessa conjunção é sempre falso. Por isso, diz Wittgenstein no *Tractatus*, ela é desprovida de sentido, já que não pode logicamente ser falsa.

Depois que Wittgenstein se desencantou do cálculo proposicional e abandonou a tese central do *Tractatus*, que considerava a proposição como figuração (*Bild*), essencialmente bipolar, de um estado de coisas (a contradição estando impedida de afigurar), passa a atribuir à contradição um novo papel. Desde logo, porque uma proposição somente tem sentido no contexto de um jogo de linguagem. Se várias palavras, e até mesmo signos não verbais, se juntam para, de forma regulada, apresentarem certos estados de coisas, certos casos, de maneira correta ou incorreta, isso somente se efetua porque esses signos estão sendo usados em obediência a determinadas regras, com vistas a se obter certos resultados. Desse modo, a bipolaridade do falso e do verdadeiro se diversifica conforme se arma a oposição entre seguir a regra de modo adequado ou inadequado.

A linguagem passa a ser vista como uma caixa de ferramentas que servem a vários propósitos. Nessas condições, o conceito de negação ganha um sentido particular conforme funcione em um jogo particular: “A negação, poderíamos dizer, é um gesto que exclui, que rejeita. Mas

empregamos tal gesto em casos muito diferentes” (Wittgenstein, *Philosophische Untersuchungen*, §550). Se a linguagem lida com símbolos não simplesmente formais, ligados e separados entre si, a negação não se resume a uma operação que leva do valor de verdade verdadeiro ao falso e vice-versa, apenas invertendo o sentido da sentença, mas passa a ser uma forma de ação ligada a um modo de dizer. Varia, pois, segundo a diversidade dessas ações sendo ditas, isto é, segundo práticas que se tramam discursivamente. Está muito longe, portanto, de uma negatividade ligada ao ser, que ao se dar também se esconde, como pretende Heidegger, ou da negatividade hegeliana, que carrega uma atividade própria e uma positividade. Já no início da *Ciência da lógica*, ela aparece como determinidade (*Bestimmtheit*) mais simples do próprio ser enquanto determinidade imediata, equivalente, pois, ao nada, mas, por isso mesmo, porque já é nadificando-se, carrega em si um devir que resulta em devir visando algo e, por conseguinte, uma determinação (*Bestimmung*) que prefigura um destino.

No entanto, a análise gramatical de Wittgenstein configura os objetos ditos, em última instância, como pertencendo ao mundo. O exercício negador se diferencia em cada jogo de linguagem, sem que haja um jogo superior, um gênero supremo que compreenda os outros como se fossem suas espécies. A unidade é formada pela trama dos próprios jogos, ligados por semelhanças de família, e das ações que os transformam em partidas. Essas junções diferenciadoras centrifugam situações lógicas indubitáveis, que vêm a ser expressas por proposições monoplares. Não é nelas que o discurso vem a se fundar? “Fundar” não no sentido tradicional de dar razões, mas simplesmente de amparar, deixar que o discurso caminhe adiante. A dúvida abre o espaço para a negação, mas ela só tem sentido se houver situações expressas por sentenças indubitáveis. Cada jogo é dominado por uma gramática, mais ou menos aberta, mais ou menos determinada, que regula as ações expressivas diversificadas dos seres humanos em dados momentos de sua história. Na trama dessas ações, o modo de ser dos objetos se articula e se apresenta: “Que espécie de objeto uma coisa é, é dito pela gramática” (*Philosophische Untersuchungen*, §373).

O conhecimento, em particular aquele das ciências, procura conceitos claros, precisos, bem determinados, se possível, por uma *definição* – e essa própria palavra indica que a indeterminação precisa ser posta de lado. Mas, para ser usado, o conceito precisa ter sentido; por conseguinte, encontrar o âmbito *determinado* de seu uso. Depois de Aristóteles, a investigação lógica livra-se das indeterminações entendendo as frases da língua cotidiana a partir de parâmetros formais que possam dar lugar a uma combinatória, como a do silogismo, por exem-

plo. Quando a significação da palavra é devolvida a seu uso, a indeterminação irrompe como inarredável, de sorte que o jogo de linguagem, que exemplifica em ponto menor cada uma das direções do sentido das palavras e das variações dos conceitos, passa a assinalar o balanço entre o determinável e o indeterminável correspondente.

Não é por isso, todavia, que a redução dos conceitos a sistemas matemáticos deixa de ser importante: “Poder-se-ia dizer que experimento-cálculo são polos entre os quais se movem as ações humanas” (Wittgenstein, *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*, em Wittgenstein, *Schriften*, vol. 6, Suhrkamp, p. 396). No entanto, o entendimento filosófico dessa oposição não se fará como se todas as ações tivessem o cálculo como modelo. Em um jogo de linguagem, explicamos as palavras por um gesto e um gesto por palavras (v. Wittgenstein, *Zettel*, §227), caracterizando o que podemos e não podemos fazer (v. *Zettel*, §345). É significativo que a determinação completa aparece quando a ação se desloca do falar. Não é o que acontece em um espetáculo? “O melhor exemplo para uma expressão com significado completamente determinado (*in ganz bestimmter Bedeutung*) é um lugar em um drama” (Wittgenstein, *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*, II, *Schriften*, vol. 7, p. 404). Esse exemplo é citado várias vezes. Não ecoa o princípio kantiano da determinação completa, mas agora no nível da linguagem? Mas, se determina redondamente, pois o falante interpreta e não age como o ator é, também indica o lugar da indeterminação, pois uma fala de Orestes pode ser interpretada de várias maneiras, segundo o talento do comediante.

Consideremos, por exemplo, o conceito de pensamento. “Esperamos um contorno macio e regular e o que nos é dado a ver é esfarrapado” (*Zettel*, §111). Retiramos o conceito “pensar” da linguagem cotidiana, mas logo percebemos que a utilização da palavra é confusa. Pode-se dizer que isso acontece com todos os verbos filosóficos, que não nos oferecem uma visão sinóptica de seu uso, isto é, uma visão que, a partir de um ponto de fuga, abrangesse a diversidade de seus sentidos. E a própria linguagem poderia ter diferentes palavras: uma para pensar alto, outra para pensar quando se fala consigo próprio na imaginação, até mesmo outra para o pensar sem palavras (v. *Zettel*, §122). Desse modo, a análise lógica, gramatical, do conceito de pensar, que procura juntar cada significado da palavra a suas ações determinadas em um espaço indeterminado que garanta os seus movimentos, procura mostrar essas variações de aspectos do conceito, as quais são o próprio conceito em exercício. O conceito de despontar do aspecto não se torna um dos núcleos dessa reflexão filosófica?

Se a análise lógica se dá balanceando ação e fala, inclusive a ação de falar, ela se desloca inteiramente da lógica matemática contemporânea, ou melhor, de qualquer cálculo combinatório. É preciso deixar o pensamento adoecer, indeterminar-se. Por isso, Wittgenstein pode afirmar, à primeira vista de uma maneira escandalosa, que os matemáticos são péssimos filósofos: “Na filosofia não podemos *cortar* (*abschneiden*) uma doença do pensamento. Esta deve seguir o curso natural e a cura *lenta* é o mais importante (por isso, os matemáticos são tão maus filósofos)” (Zettel, §382). Embora geniais, cabe lembrar, eles “tornam o mundo extenso e insípido e ele perde toda a profundidade, e o que escrevem torna-se infinitamente superficial e trivial. Russell e H.G. Wells sofrem desse mal” (Zettel, §456).

Mas voltemos ao conceito de contradição reformulado por Wittgenstein. Em um de seus últimos escritos, ele anota: “A lógica aristotélica marca a contradição como uma não-proposição, que deve ser excluída da linguagem. Essa lógica, porém, trata apenas de uma pequena região da lógica de nossa linguagem. (É como se o primeiro sistema da geometria tivesse sido uma trigonometria; e como se acreditássemos agora que a trigonometria é a base fundamental, e até mesmo talvez toda a geometria)” (Wittgenstein, *Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia* (MSS 137-138), §525).

Para entender o alcance de toda essa crítica, convém, ainda que brevemente, situá-la em seu contexto. Cabe lembrar que os conceitos da lógica formal nascem de um processo muito peculiar de transformação. A lógica dos predicados costuma substituir qualquer sentença do tipo “Sócrates é filósofo” por “ $f(a)$ ”, “ $f$ ” indicando o predicado e “ $a$ ”, um indivíduo que pertence a um domínio indicado pela variável “ $x$ ” na expressão funcional “ $f(x)$ ”. Dada a expressão funcional, com sua variável, é possível quantificá-la, dizer que é satisfeita por todos os objetos, ou por ao menos um ou por nenhum. Essa passagem sem fissuras do múltiplo particular para um universal é herança da lógica aristotélica e, no fundo, baseia-se em um pressuposto muito peculiar: “O que acontece muitas vezes poderia acontecer sempre” [E o filósofo Wittgenstein pergunta:] – que espécie de frase seria essa? Uma semelhante a esta: Se ‘ $F(a)$ ’ tem sentido, então ‘ $(x)F(x)$ ’ tem sentido” (*Philosophische Untersuchungen*, §345).

A formalização acaba pressupondo essa continuidade entre a regra e o caso, entre a essência e o ente, este sendo reduzido a seu fenômeno. Não é assim que se passa do mundo sublunar para o mundo das ideias? Note-se que qualquer relação entre a regra e o caso, e vice-

versa, que mobiliza apenas a bipolaridade das proposições, termina em um universal abstraído do tempo. Esse vício atinge qualquer processo reflexionante. Inclusive o juízo reflexionante kantiano, que salta dos casos para a regra graças ao papel unificador do eu transcendental, uma potência fora da linguagem.

Não há razão alguma para supor que esse processo de formalização sempre valha para a análise lógica do discurso cotidiano. Se descartarmos qualquer intervenção divina na captura do sentido de uma palavra, este somente pode ser configurado no modo pelo qual ela se junta com outras e se distingue delas no seu uso. Nesse uso, ela não pode funcionar sozinha, porquanto o uso há de ser adequado ou inadequado ao que se está querendo dizer. Isso Platão e, particularmente, Aristóteles já o sabiam. Para eles cada palavra ganha sentido na proposição conforme ela se junta ou separa de outras mediante a cópula “é”. Mas pressupuseram que a matriz de qualquer proposição era a proposição asseverativa, apofântica, que, graças à sua verdade e/ou sua falsidade possíveis, apresenta ou não algo como algo; na linguagem moderna, um estado de coisas.

Esse pressuposto é quebrado por Wittgenstein. Retirando a tralha ontológica da predicação, esta lhe aparece como um método que projeta diferentes figuras de um plano A para outro plano B, mas de tal modo que as diversas espécies de figuras de A são projetadas em B unicamente como círculos. O método é correto, mas pouco se sabe de A se examinarmos apenas B. Abandonando a predicação, Wittgenstein passa a examinar como as palavras se juntam em situações muito simples de convivência humana. Por exemplo, na intimidade de seu escritório, um deputado trata de “banana” uma colega de quem não gosta. Ao perguntar a um de seus auxiliares: “Como a banana está hoje?”, este não vai à copa examinar as bananas a serem servidas no lanche. Formou-se um significado secundário da palavra, embora apenas inteligível para um grupo de pessoas.

As palavras ganham, pois, sentido no entremear de jogos de linguagem, cada jogo sendo regulado por regras que, por sua vez, se exprimem supondo termos, coisas e situações indubitáveis. Não é apenas a bipolaridade do correto ou incorreto, do adequado ou inadequado, em suma, do verdadeiro e do falso que define a proposição. Na medida em que essas regras de uso vêm a ser formuladas, elas passam a pressupor condições do jogo isentas de quaisquer dúvidas. As proposições *ganham sentido* conforme se tornam bipolares em vista de

certas situações discursivas sobre as quais não cabe duvidar – estas são ditas por sentenças monopolares. O falar uma língua pode ser comparado ao ato de girar uma bola. Na rotação, criam-se dois polos imóveis e círculos em que um ponto determinado está sempre mudando de lugar. Mas uma vez formados, esses polos permanecem como ações padronizadas a regulem a vida em comum.

Uma expressão falada, além de estar regida pelas regras que a tornam correta do ponto de vista da língua culta, ainda obedece a outras regras que asseguram seu sentido em determinados esquemas de seu uso. Cabe não confundir a gramática da língua portuguesa, por exemplo, com a gramática filosófica que considera a linguagem em geral. Esta formula certas regras que determinam frases como corretas ou incorretas em certas situações. São regras aprendidas, como as de toda gramática, embora nunca se tenha certeza de que o aprendiz vá cumpri-las do mesmo modo que os outros e para sempre. É inevitável que seguir uma regra incorpore doses de indeterminação, cujas diferenças se revelem ou se ocultem conforme as contingências de sua aplicação. Por isso, ao seguir uma regra, o agente não chega ao caso mediante uma intuição, mas convém dizer que “é necessário em cada ponto como que uma nova decisão (*Entscheidung*)” (*Philosophische Untersuchungen*, §186). Um ato parecido à decisão, mas que não se confunde com ela, porque toda linguagem depende de um acordo entre os falantes que julgam o caso, sem que este se realize de fato. Quem segue uma regra está sempre cobrindo uma indeterminação.

Por sua vez, os falantes, cujos critérios de identificação são os mais diversos (v. *Philosophische Untersuchungen*, §404), têm suas figuras determinadas pelo uso dessa linguagem, cujos movimentos têm como pano de fundo situações lógicas indubitáveis, condições para que todos possam agir de forma convergente. Seguir uma regra cristaliza instituições que possuem no horizonte uma forma de vida. Algumas certezas “fundam” minhas ações. Mas esse fundamento perde o sentido moderno de algo que se dá, se evidencia, por si mesmo. Se duvidar de que agora estou sentado diante de meu computador, não há mais critério para separar proposições dubitáveis de proposições indubitáveis. No cotidiano, se alguém diz “dói”, dificilmente vamos duvidar de que está sofrendo. E as crianças aprendem a palavra “dói” quando lhes ensinam que ela pode substituir um grito de dor. Nesse caso, primeiro vem a ação, e depois a palavra, que no fundo é uma exteriorização (*Äusserung*). No entanto, essa ação fundadora não aparece como fundando a própria linguagem? A análise lógica dependeria do processo evolutivo do ser humano?

Pertence à lógica tudo o que descreve os jogos de linguagem. O modo como, em geral, se aprende a palavra “dor”, e todas as expressões similares, responde pelo sentido da palavra “dor” cercado de segura certeza. A ação primordial, no sentido de Goethe, que Wittgenstein atribui aos fundamentos da linguagem, ganha esse papel unicamente como o fator que confere indubitabilidade à frase, dá sentido a essa indubitabilidade. É por isso que a palavra “exteriorização” passa a ser empregada para casos que nunca poderiam ser reportados a um comportamento espontâneo. Por exemplo, se, em uma situação muito especial em que alguém duvida do que estou fazendo, eu disser “Naturalmente eu sei que isto é uma toalha”, estou me exteriorizando e não penso em uma verificação. Para mim, essa é uma expressão imediata. Não penso no passado ou no futuro. É inteiramente como um agarrar imediato, como se eu, sem duvidar, agarrasse a toalha (Wittgenstein, *Über Gewissheit*, §510). E logo adiante fica explícito que esse agarrar imediato, em vez de consistir em um saber, corresponde a uma segurança (*Sicherheit*). A ação criadora está ligada à segurança, não ao modo pelo qual foi obtida. Não se aprende a dizer que se sabe que isto é uma toalha substituindo-se o gesto de apanhá-la pelas palavras que a família ensina. Conforme se analise a linguagem, ela tende a escapar dela mesma, mas não vai além dessa tendência, que é uma de suas características.

Nisso ela desenha uma imagem do mundo (*Weltbild*), aquela que toda comunidade linguística há de ter como pano de fundo de suas ações. Não tem fissuras. Está aí como a vida. Mas sempre é *Bild* do mundo ou *Form* da vida, conforme a ação primeva e criadora se configure pelo exercício da própria linguagem. Por isso, *Lebensform* e *Weltbild* não devem ser confundidas com o mundo da vida (*Lebenswelt*), conceito fenomenológico que designa um mundo onde as ações e o falar se enraízam antes do próprio falar, tramados por relações ante-predicativas, ainda consideradas como a trama mais aparente da linguagem. A imagem do mundo e a forma de vida constituem um conceito lógico necessário para que se compreenda como as regras de uma linguagem são seguidas, panorama projetado pelo uso das palavras. A forma de vida transita nesse falar como um fio vermelho ligando as decisões. Uma forma de vida não pode ser colonizada.

Em um sistema formal, uma contradição simplesmente enuncia uma proposição cuja estrutura é  $(p \ \& \ \sim p)$ . Nada significa, mas indica que o raciocínio não pode seguir adiante, visto que tudo pode ser deduzido de uma contradição. Outros caminhos precisam ser encontrados. Em uma linguagem cotidiana, vista como trama de jogos de linguagem, ela impede a ação: “A con-

tradição impede-me de chegar a agir em um jogo de linguagem” (Zettel, §685). A lógica formal clássica trata de evitar uma contradição, mas, se estivermos no plano dos jogos de linguagem, cabe perguntar: “o que devemos fazer se chegarmos a uma contradição?” (Zettel, §688). Cuidar para sair dela. Não cabe tratá-la como um fantasma amedrontador. Pelo contrário, ela pode nos servir de alerta para prosseguirmos adiante: “A contradição poderia ser apreendida como um sinal dos deuses para que eu devesse agir e não refletir (*überlegen*)” (*Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*, p.254). A contra-dicção, em determinadas circunstâncias de desajuste, barra o diálogo, mas também pode nos incentivar a passar adiante e, sem mesmo refletir, tentar uma abertura para a comunicação com os outros.

Certas contra-dicções podem colocar em xeque nossas formas de vida. Diante dessa ameaça, que pode abrir a perspectiva da morte e da guerra, não é o caso de agir? Simplesmente matando o contra-dictor? Mas essa seria sempre a ação mais adequada? Ora, desde que se pergunte pela adequação, já se está operando em um jogo de linguagem em que há ações *judgadas* adequadas, outras *judgadas* inadequadas e situações lógicas indubitáveis que, quando ditas, o são por proposições monopolares. Em outras palavras, o novo jogo requer o aprendizado de novas técnicas e, com elas, novas formas de julgar: “O que se apreende não é uma técnica, aprendem-se juízos corretos” (*Philosophische Untersuchungen*, II, XI).

Por mais distante que o contra-dictor se situe, por mais inimigo que ele se mostre, o locutor e o contra-dictor já estão se vendo como seres humanos, por mais que um considere o outro um degenerado. E por isso têm à disposição fatos comuns muito gerais e que podem ser mobilizados para entrarem em uma relação simbólica de persuasão ou de agressão. Por certo, a nova ação é uma decisão, uma *Entscheidung*, a separação de dois domínios, mas, na medida em que ela já se move em um plano simbólico, articulando movimentos ditos bipolares ou monopolares, coloca a questão de como lidar adequadamente, na situação dada, com o contra-dictor. Basta configurá-lo como inimigo? O que fazer com ele? Se ele mesmo nega momentos importantes de minhas formas de viver, se está disposto a me matar por isso, não é por isso que eu e ele deixamos de pisar em um terreno comum. Em determinadas situações, ele não passa a ser até mesmo necessário?

A partir desse novo modelo da contra-dicção, não é possível pensar a política tendo como pano de fundo a oposição radical entre amigos e inimigos sem cair no decisionismo de Carl Schmitt? Decidir é criar um novo jogo de linguagem. Mas, para que esse jogo possa se instituir,



o inimigo precisa ser ouvido e conservado. A totalização da política está sempre se fazendo e, por isso, ela é basicamente representativa e democrática. Com a condição de que se tenha no horizonte não a ideia de um povo sociologicamente delineado, isto é, uma “substância” já organizada, mas um contra-dizer sempre em curso, que renova o que nos faz comuns.

#### RESUMO

*Trata-se de revisitar o conceito de contradição em situações em que ele é um constituinte de um jogo de linguagem, conforme a análise gramatical de Wittgenstein. Desse ponto de vista, ele perde sua singularidade e pode descrever situações em que oponentes sejam levados a novas relações de coexistência. E assim torna-se possível pensar em uma política democrática muito longe de qualquer contratualismo.*

**Palavras-chave** *Contradição, Wittgenstein, Gramática.*

#### ABSTRACT

*This paper tries to revisit the concept of contradiction in situations where it is a constituent of a language game, following the grammatical analysis of Wittgenstein. From this point of view, it loses its singularity and can describe situations where opponents are driven to new relations of coexistence. And so it becomes possible to think about democratic politics far away from any form of contractualism.*

**Key-words** *Contradiction, Wittgenstein, grammar.*